



INR instituto nacional para a
reabilitação

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

BALANÇO SOCIAL 2017

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.

ÍNDICE

Introdução	3
Quem somos	5
I – Recursos Humanos	6
1. <i>Efetivos</i>	6
2. <i>Efetivos por escalão etário e género</i>	8
3. <i>Efetivos por antiguidade e género</i>	9
4. <i>Efetivos por nível de escolaridade</i>	10
5. <i>Portadores de deficiência</i>	11
6. <i>Admissões e regressos</i>	12
7. <i>Saídas de trabalhadores</i>	12
8. <i>Mudanças de situação durante o ano</i>	12
9. <i>Ausências ao trabalho</i>	13
10. <i>Modalidades de horário de trabalho e Período normal de trabalho (PNT)...</i>	14
II – Encargos com Pessoal	14
1. <i>Remunerações mensais ilíquidas</i>	14
2. <i>Encargos com pessoal</i>	16
3. <i>Suplementos remuneratórios</i>	17
4. <i>Encargos com prestações sociais</i>	18
III – Formação Profissional	19
1. <i>Participações em ações de formação por tipo</i>	19
2. <i>Horas despendidas em formação</i>	19
3. <i>Despesas anuais</i>	20
4. <i>Formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho ...</i>	20
IV – Relações Profissionais	21
V – Disciplina	21
Perfil do(a) trabalhador(a) do INR	22

INTRODUÇÃO

O Balanço Social (BS) é um instrumento de gestão que visa fornecer dados essenciais sobre a situação social do serviço dando uma perspetiva da sua evolução, nomeadamente no que concerne aos seus recursos humanos. Deve ser elaborado anualmente, com referência a 31 de dezembro do ano anterior, conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

Compete à Secretaria-Geral (SG) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) no âmbito dos serviços partilhados, designadamente no domínio dos recursos humanos, elaborar o BS do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), atento o disposto no Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 28/2015, de 10 de fevereiro, e na alínea f) do art. 4.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2014, de 30 de outubro, e na primeira parte da alínea f) do art. 2.º do Decreto Regulamentar n.º 21/2012, de 8 de fevereiro, na sua redação atual.

Assim, procedeu esta SG à elaboração do BS em articulação com o INR.

A informação apresentada é a requerida pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), nos modelos (quadros) disponibilizados na respetiva página eletrónica.

Abril de 2018, Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos/Divisão de Recursos Humanos da SG do MTSSS

Quem somos

O INR, IP é um instituto público integrado e atualmente tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e dotado de autonomia administrativa e património próprio.

A garantia de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a valorização das pessoas com deficiência, numa perspetiva de promoção dos seus direitos fundamentais, são os princípios que norteiam a atuação do Instituto Nacional para a Reabilitação, IP.¹

¹ Fonte: Página eletrónica do INR.

I. Recursos Humanos

1. Efetivos

Em 31 de dezembro de 2017, o INR contava com um total de 64 efetivos, 7 (dirigentes) em comissão de serviço no âmbito da LTFP e 57 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme reflete o quadro 1.

Cargo / Carreira / Modalidades de vinculação	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1º grau			1		1		1
Dirigente Superior de 2º grau				1		1	1
Dirigente Intermédio de 1º grau				1		1	1
Dirigente Intermédio de 2º grau				4		4	4
Técnico Superior	12	27			12	27	39
Assistente Técnico	3	11			3	11	14
Assistente Operacional	2				2		2
Informático	1	1			1	1	2
TOTAL	18	39	1	6	19	45	64

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Da análise dos dados do quadro supra, constata-se que o maior número de efetivos se concentra nas carreiras de técnico superior (39) e de assistente técnico (14), que correspondem respetivamente a 60,94% e 21,88%, do total.

Quanto à distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo o género, a predominância é do feminino, conforme se verifica no gráfico 1, sendo a taxa de feminização de 70,31%².

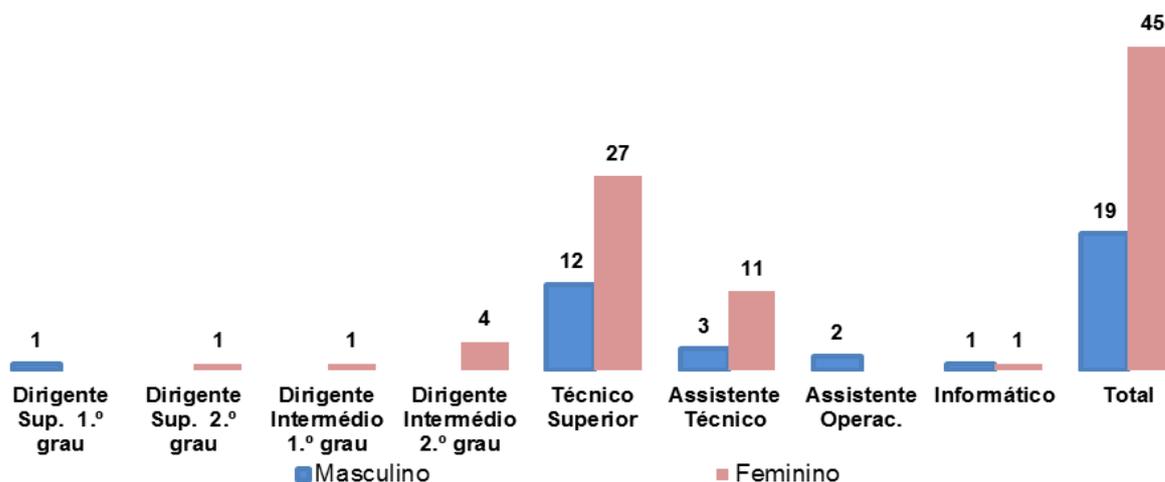


Gráfico 1: Distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo o género

A evolução do número de efetivos nos últimos 5 anos encontra-se expressa no gráfico seguinte.

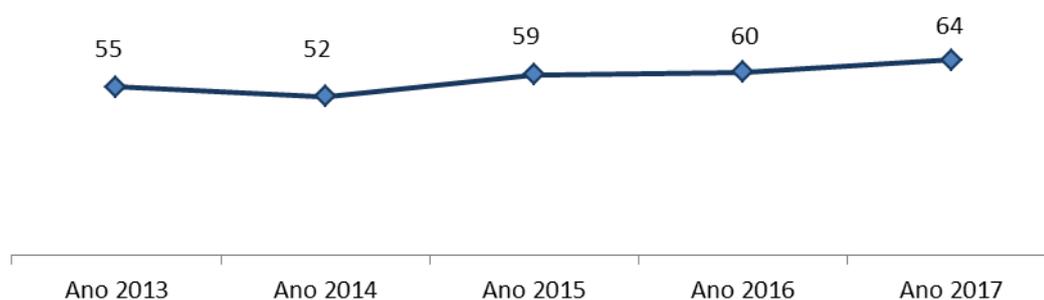


Gráfico 2: Evolução do número de efetivos nos últimos 5 anos

² Taxa de feminização = Total dos efetivos do género feminino / Total de efetivos

2. Efetivos por escalão etário e género

O escalão etário com maior expressão situa-se entre os 40-44 anos de idade integrando 18 trabalhadores, sendo a carreira de técnico superior, com 11, a mais representativa deste escalão, tal como ilustra o gráfico 3.

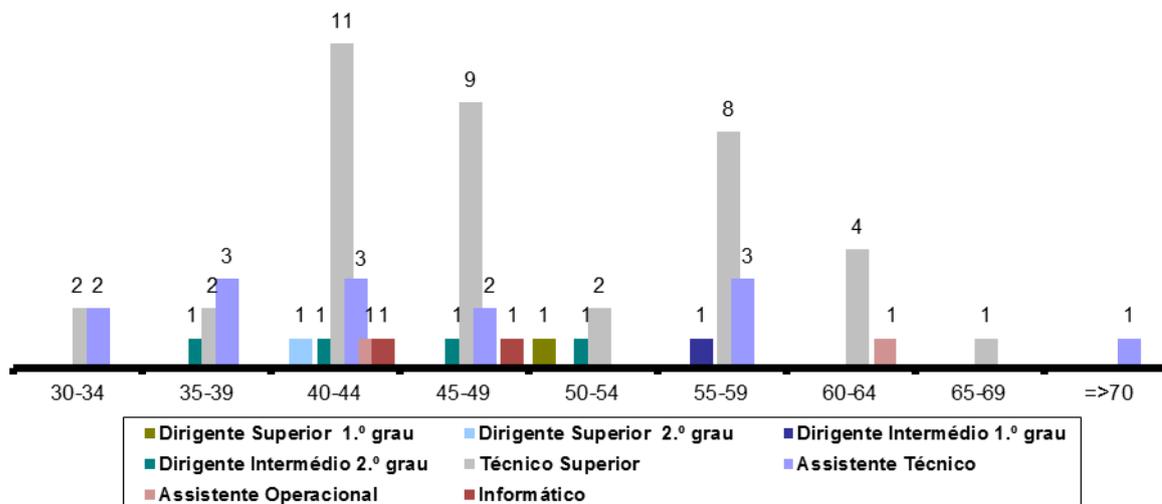


Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo o escalão etário

No que se refere à faixa etária, por género, verifica-se a preponderância do feminino na grande maioria dos cargos e carreiras.

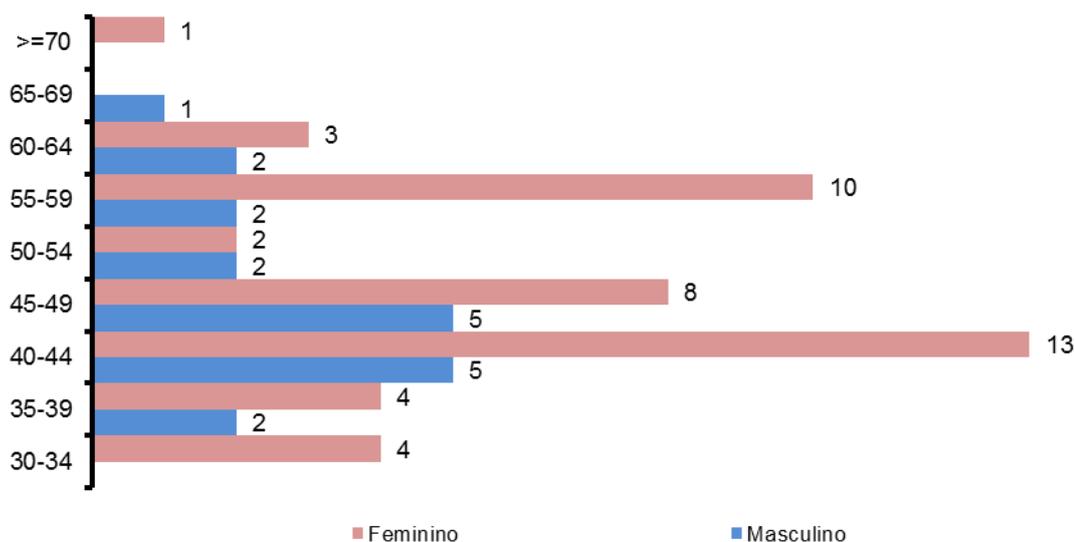


Gráfico 4 – Distribuição dos efetivos segundo o escalão etário e género

3. Efetivos por antiguidade e género

Relativamente à estrutura de antiguidades, os intervalos que concentram maior número de trabalhadores são os compreendidos entre 15-19 (19) e entre 5-9 (11).

Cargo/ Carreira	Nível de antiguidade									Total
	Até 5 anos	5-9	10 - 14	15 a 19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 ou mais	
Dirigente Superior 1.º grau								1		1
Dirigente Superior 2.º grau	1									1
Dirigente Intermédio de 1.º grau							1			1
Dirigente Intermédio de 2.º grau		1		2	1					4
Técnico Superior		5	5	14	4	6	2	3		39
Assistente Técnico	2	5		2	1	1	1	2		14
Assistente Operacional				1					1	2
Informático					2					2
TOTAL	3	11	5	19	8	7	4	6	1	64

Quadro 2 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade

A distribuição dos efetivos do INR por cargo / carreira segundo a antiguidade é demonstrada no gráfico seguinte.

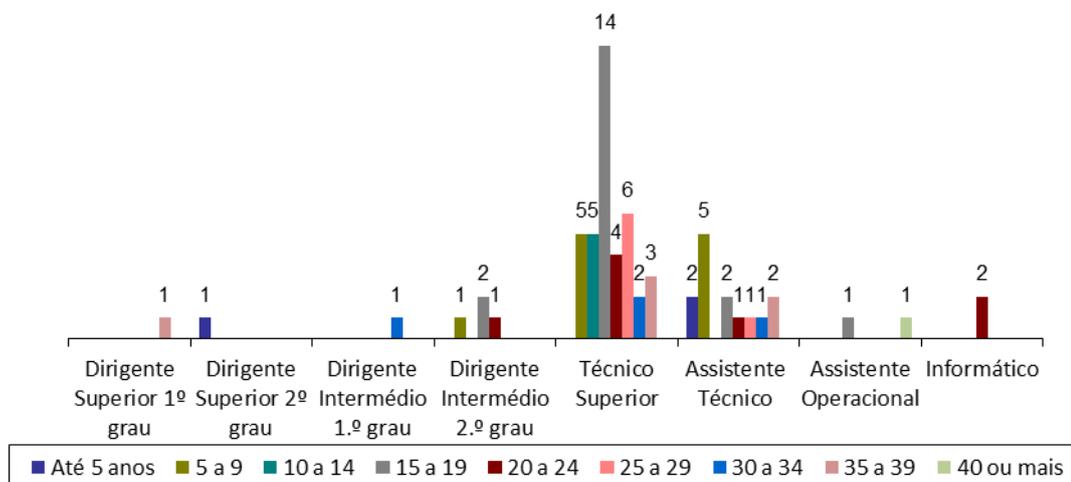


Gráfico 5 – Distribuição dos efetivos segundo a antiguidade e cargo / carreira

O Gráfico 6 mostra-nos a distribuição por antiguidade e género. Como já se referiu, os níveis predominantes são dos 15-19 e dos 5-9 anos de antiguidade.

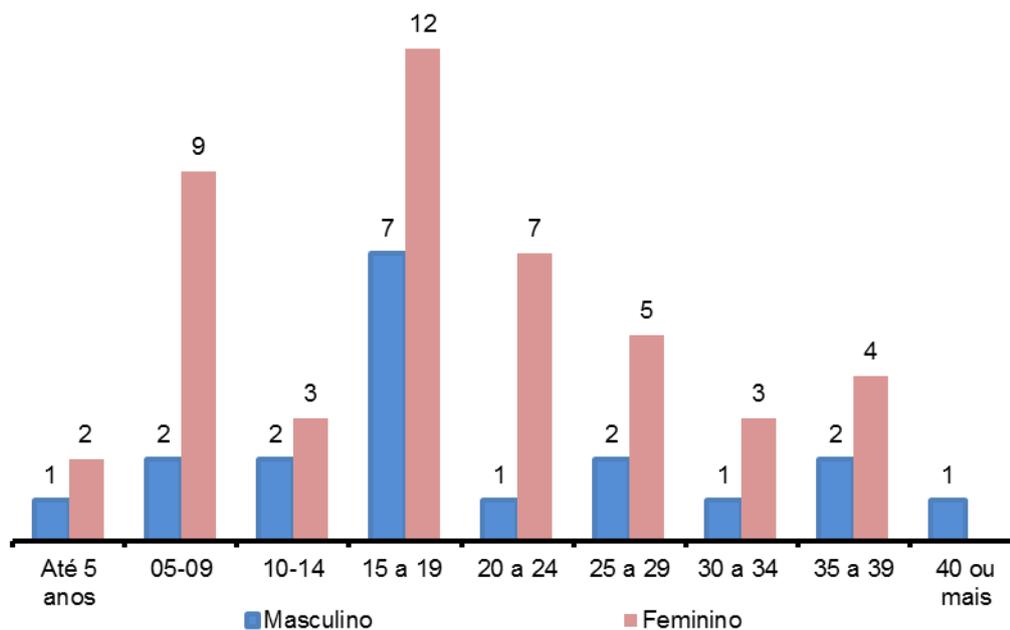


Gráfico 6 – Distribuição dos efetivos segundo a antiguidade e género

4. Efetivos por nível de escolaridade

No nível de escolaridade dos efetivos do INR, a licenciatura é a habilitação literária mais expressiva (43), seguida do 12º ano de escolaridade (12), o que corresponde, respetivamente, a 67,19% e a 18,75% do total de trabalhadores, conforme representação gráfica.

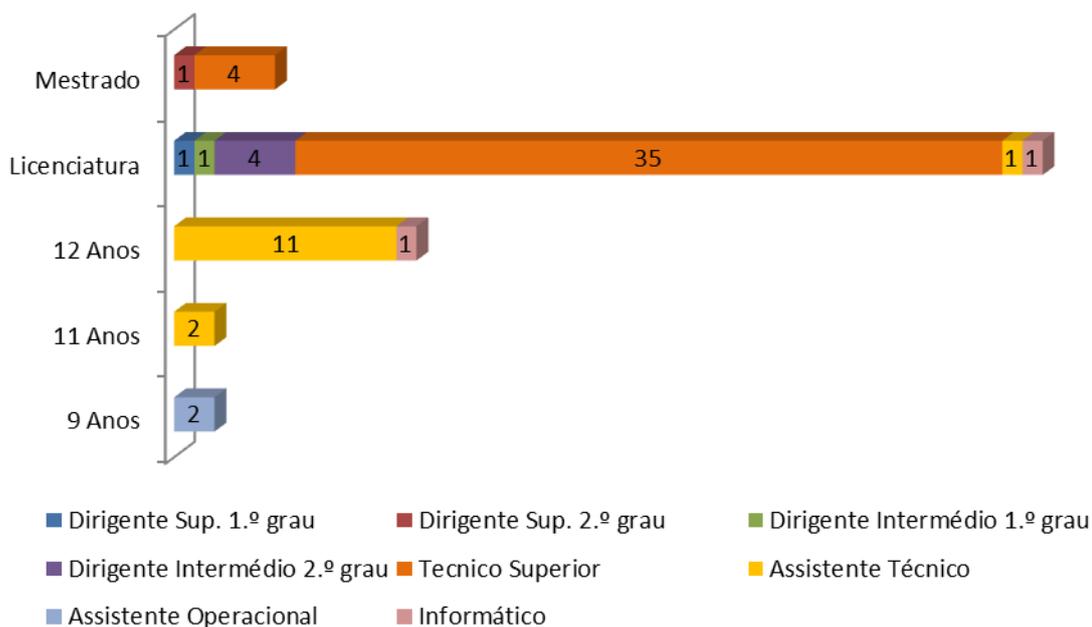


Gráfico 7 – Distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade

Salienta-se a elevada taxa de habilitação superior³ de 75% dos efetivos do INR.

5. Portadores de deficiência

Do total dos trabalhadores do INR, 7 são portadores de deficiência, representando 10,94%.

Cargo /carreira	30 - 34		40 - 44		45 -49		50-54		60 - 64		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1.º grau							1				1	0	1
Técnico Superior		1	1	1		1	1		1		3	3	6
Total	0	1	1	1	0	1	2	0	1	0	4	3	7

Quadro 3 – Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira, segundo o escalão etário e género

³ $Bacharelato+licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos \times 100$

6. Admissões e regressos

Durante o ano de 2017 ocorreram 12 ingressos no mapa de pessoal do INR, assim distribuídos:

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Mobilidade		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior de 1º grau			1				1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau				1			0	1	1
Técnico Superior	2	4			1		3	4	7
Assistente técnico	1	2					1	2	3
Total	3	6	1	1	1	0	5	7	12

Quadro 4 – Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

7. Saídas de trabalhadores

No ano de 2017, deixaram de exercer funções no INR 8 trabalhadores:

- 1 Dirigente superior de 1.º grau;
- 5 Técnicos superiores;
- 1 Assistente técnico e,
- 1 Assistente operacional.

8. Mudanças de situação durante o ano

Foram registadas 4 consolidações de mobilidade na categoria, na carreira técnica superior.

9. Ausências ao trabalho

Apuraram-se 1.984,5 dias de ausência ao trabalho, registando-se o maior número na carreira técnica superior, com 1.263,5 dias (63,67%), seguida da de assistente técnico, com 337 dias (16,98%).

Considerando que em 2016 foram registados 1259 dias de ausência verificou-se um aumento de 57,63% no número de ausências.

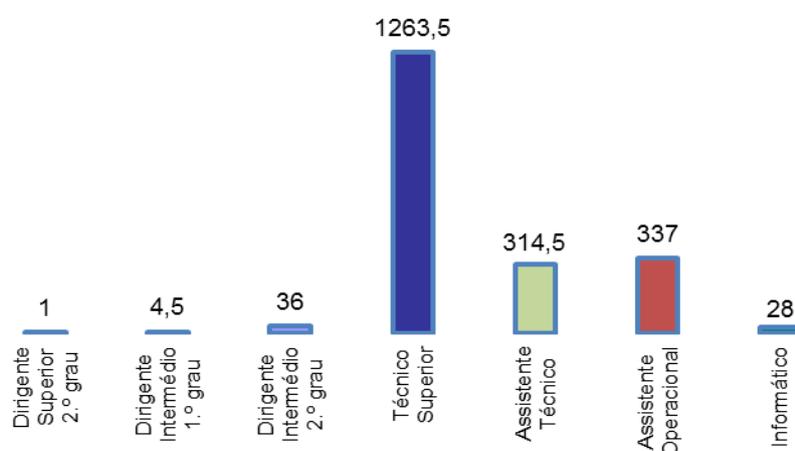


Gráfico 8 – Contagem de dias de ausência ao trabalho por cargo/carreira

Os motivos das ausências ao trabalho encontram-se identificados no gráfico 9.

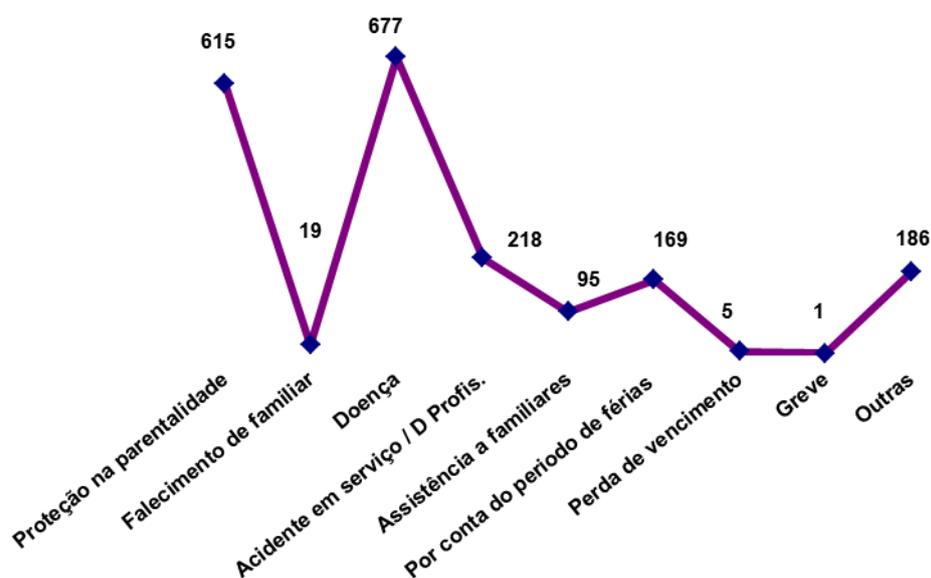


Gráfico 9 – Distribuição dos dias de ausência ao trabalho segundo o motivo

Os principais motivos para o aumento do absentismo foram a proteção na parentalidade e a doença.

10. Modalidades de horário de trabalho e período normal de trabalho (PNT)

A modalidade de horário de trabalho que predomina é a flexível, abrangendo 37 dos 64 trabalhadores, seguida da jornada contínua com 17.

Todos os trabalhadores praticam o horário de tempo completo, correspondente a 35 horas semanais.

II – Encargos com Pessoal

1. Remunerações mensais ilíquidas

A representação gráfica seguinte demonstra a distribuição dos efetivos por género e por escalão remuneratório, que varia entre 501-1000 € e 4501-4750 €.

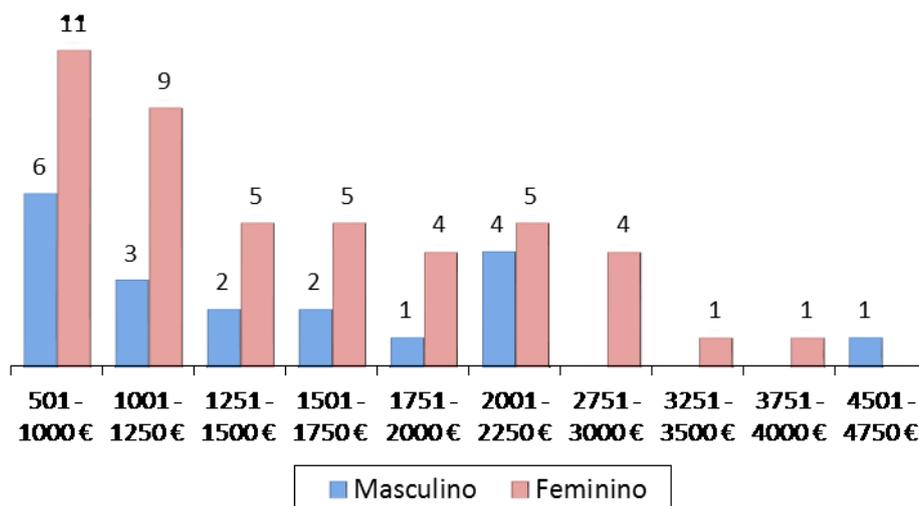


Gráfico 10 – Distribuição dos escalões remuneratórios, segundo o número de trabalhadores e género

Constata-se que 67,19% (43) dos trabalhadores auferem remunerações compreendidas entre 501€ e 1750€.

A distribuição percentual dos escalões remuneratórios agrupados, por género, é a que se mostra no gráfico infra.

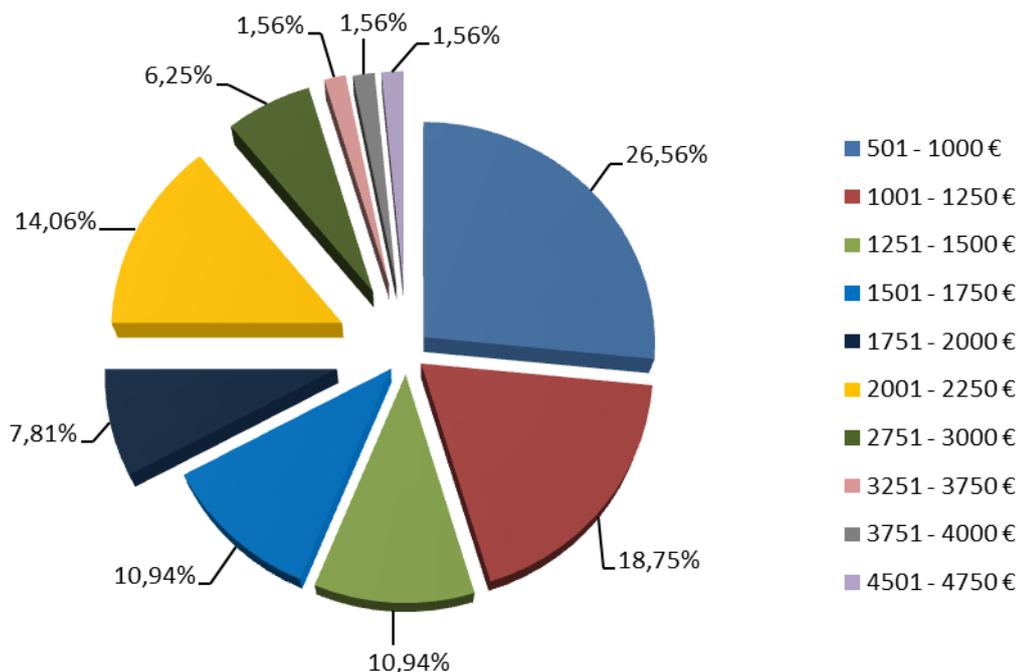


Gráfico 12 – Distribuição agrupada por escalões remuneratórios, em percentagem

As remunerações mínimas e máximas, por género, são apresentadas no quadro seguinte, concluindo-se que o leque salarial⁴ masculino é 7,52 e o feminino é 5,50.

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	600,21 €	683,13 €
Máxima (€)	4.512,09 €	3.757,76 €

Quadro 5 – Remuneração mínima e máxima, por género

⁴ Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida

2. Encargos com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base	1.315.247,23 €
Suplementos remuneratórios	48.125,46 €
Prestações sociais	59.647,86 €
Outros encargos com pessoal	350.966,54 €
Total	1.773.987,09 €

Quadro 6 – Total dos encargos anuais com pessoal

O valor mais representativo do total de encargos com pessoal, conforme ressalta do quadro supra, é o relativo à remuneração base (1.315.247,23€) o qual, de acordo com o gráfico seguinte, representa 74,14 %.

A rubrica outros encargos com pessoal inclui as despesas da entidade patronal com a CGA e Segurança Social, no valor de 350.966,54 €.

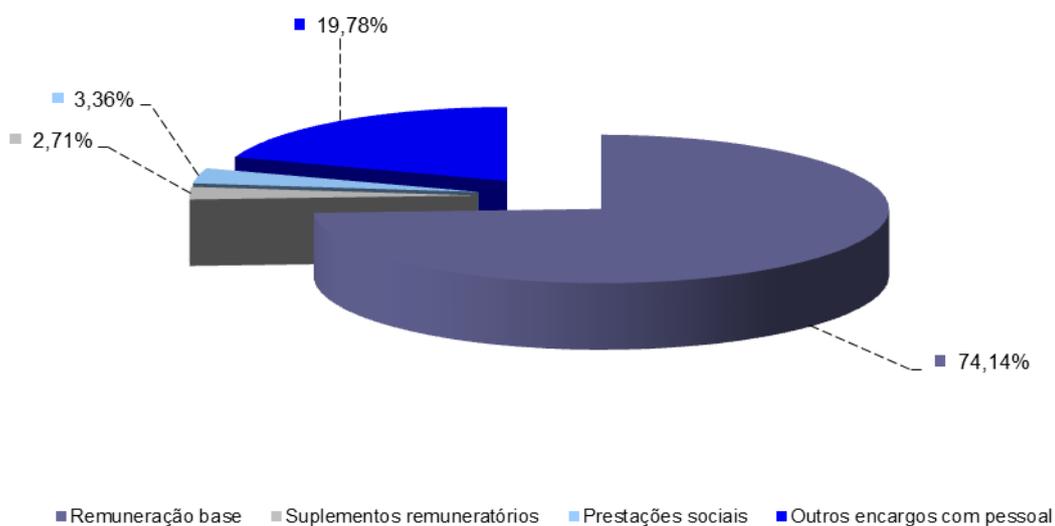


Gráfico 13 – Distribuição percentual dos montantes relativos a encargos com pessoal

3. Suplementos remuneratórios

O total de encargos com suplementos remuneratórios foi de 48.125,46€, repartidos pelas rubricas constantes no quadro 7.

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e noturno)	11.327,09 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	1.455,84 €
Abono para falhas	929,06 €
Ajudas de custo	3.307,63 €
Representação	29.737,39 €
Secretariado	1.368,45 €
Total	48.125,46 €

Quadro 7 – Suplementos remuneratórios

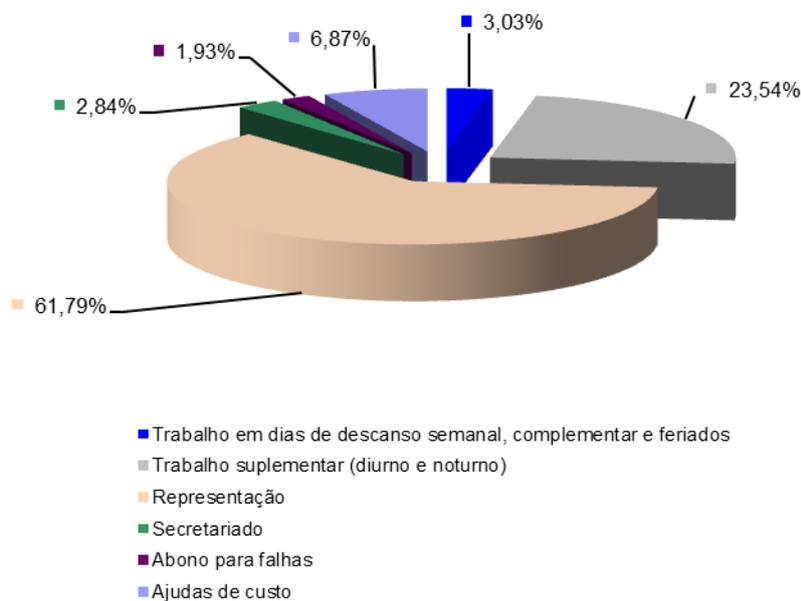


Gráfico 14 – Distribuição percentual dos encargos com suplementos remuneratórios

4. Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	1.211,60 €
Subsídio de refeição	58.436,26 €
Total	59.647,86 €

Quadro 8 – Encargos com prestações sociais

O subsídio de refeição representa 97,97% do total dos encargos com prestações sociais.

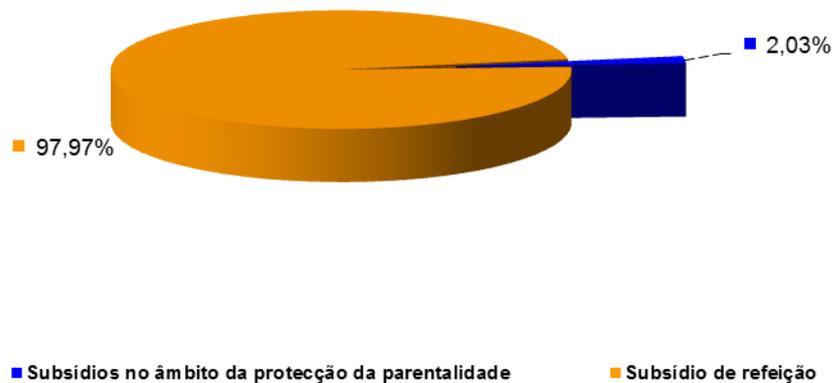


Gráfico 15 – Distribuição percentual dos encargos com prestações sociais

III – Formação Profissional

1. Participações em ações de formação por tipo

O número de participações em ações de formação profissional foi de 203, sendo 73,89% de natureza interna e 26,11% de natureza externa.

No gráfico infra ilustra-se essa realidade, podendo, ainda, verificar-se o número de participações em ações de formação profissional nos 3 anos anteriores.

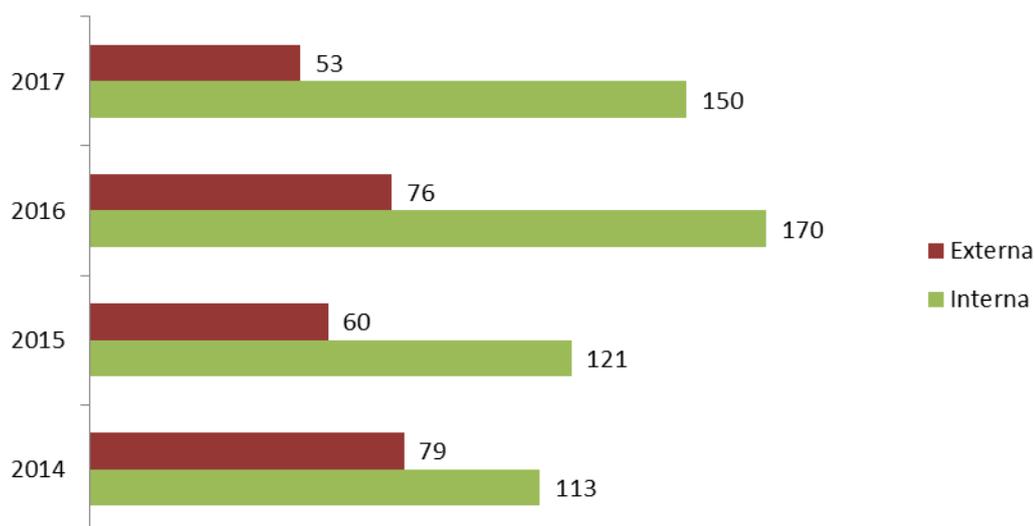


Gráfico 16 - Comparação das participações em ações de formação, interna e externa, nos últimos 4 anos

2. Horas despendidas em formação

O número de horas despendidas em formação foi de 1.878,5 o que representa um incremento de 845,5 horas em relação ao ano de 2016, com especial relevância nos dirigentes intermédios de 2.º grau (mais 351,5 h) e nos técnicos superiores (mais 228 h).

Tal como se constata do gráfico 17, o maior número de horas despendidas em formação ocorreu na carreira técnica superior, com 921,5 horas, equivalente a 49,06% do total.

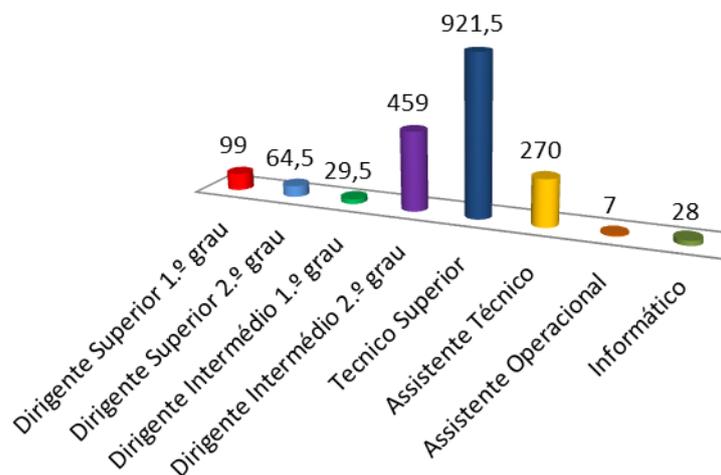


Gráfico 17 – Número de horas despendidas em formação, por cargo/carreira

3. Despesas anuais

O total de despesas com ações de formação, internas e externas, consta no quadro infra.

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	3.200,00 €
Despesa com ações externas	83,00 €
Total	3.283,00 €

Quadro 9 – Despesas anuais com formação

4. Formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Em matéria de segurança e saúde no trabalho não foi realizada qualquer ação de formação e sensibilização.

IV – Relações Profissionais

Do total de efetivos do INR, 5 eram sindicalizados.

V – Disciplina

Não houve qualquer registo de processos disciplinares.

Perfil do(a) trabalhador(a) do INR

- **Mulher**
- **47,78 anos de idade (média)**
(escalão etário moda – **40-44** anos)
- **Possui licenciatura**
- **É da carreira técnica superior**
- **Possui 19,13 anos de antiguidade na Administração Pública (média)**
(escalão de antiguidade moda – **15-19** anos)
- **Possui como relação jurídica de emprego o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**
- **Aufere a remuneração mensal ilíquida de 1.476,56 € (média)**
(escalão remuneratório moda – **501-1000€**)